ÍNDICE

Abreviaturas .................................................................................................................. 7
Nota à 6ª edição .............................................................................................................. 19
Introdução ....................................................................................................................... 21

Capítulo I — CONCEITOS FUNDAMENTAIS, REFERÊNCIA HISTÓRICA E DIREITO COMPARADO ............................................. 23
I — GENERALIDADES. CONCEITO, PRESSUPOSTOS ............................................................. 23
II — O PRIMEIRO PRECEDENTE: Marbury v. Madison ...................................................... 25
1. O contexto histórico ........................................................................................................ 25
2. O conteúdo da decisão .................................................................................................... 27
3. As consequências de Marbury v. Madison ..................................................................... 31
III — O FENÔMENO DA INCONSTITUCIONALIDADE .......................................................... 33
1. Existência, validade e eficácia dos atos jurídicos e das leis ........................................ 34
   1.1. O plano da existência ................................................................................................. 34
   1.2. O plano da validade .................................................................................................. 35
   1.3. O plano da eficácia ................................................................................................... 36
2. Nulidade da norma inconstitucional ............................................................................. 37
4. Algumas atenuações à teoria da inconstitucionalidade como nulidade .......................... 42

IV — ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE ................................................................ 47
1. Inconstitucionalidade formal e material ........................................................................ 48
   1.1. Inconstitucionalidade formal .................................................................................. 48
   1.2. Inconstitucionalidade material ................................................................................. 51
2. Inconstucionalidade por ação e por omissão ................................................................. 53
   2.1. Inconstitucionalidade por ação ................................................................................. 53
   2.2. Inconstitucionalidade por omissão .......................................................................... 54
   2.2.1. Da legislação como faculdade e como dever jurídico ......................................... 55
2.2.2. Da omissão total ......................................... 57
2.2.3. Da omissão parcial ........................................ 59
3. Outras classificações ............................................. 61

V — Modalidades de controle de constitucionalidade ........... 63
1. Quanto à natureza do órgão de controle ................................ 64
   1.1. Controle político ........................................... 64
   1.2. Controle judicial ............................................ 66
2. Quanto ao momento de exercício do controle ........................... 67
   2.1. Controle preventivo ......................................... 67
   2.2. Controle repressivo ......................................... 69
3. Quanto ao órgão judicial que exerce o controle ....................... 69
   3.1. Controle difuso ............................................. 69
   3.2. Controle concentrado ....................................... 70
4. Quanto às forma ou modo de controle judicial .......................... 72
   4.1. Controle por via incidental ................................ 72
   4.2. Controle por via principal ou ação direta ..................... 73

VI — Legitimitade do controle de constitucionalidade ............ 74

VII — Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade .... 85
1. Antecedentes do modelo em vigor .................................... 85
2. O sistema de controle judicial de constitucionalidade na Constituição de 1988 ....................................................... 87
3. Atuação do Executivo e do Legislativo no controle de constitucionalidade ......................................................... 90
   3.1. Controle de constitucionalidade pelo Poder Executivo ............... 90
      3.1.1. O poder de veto (CF, art. 66, § 1º) ....................... 90
      3.1.2. Possibilidade de descumprimento de lei inconstitucional ........ 92
      3.1.3. Possibilidade de propositura de ação direta ................. 95
   3.2. Controle de constitucionalidade pelo Poder Legislativo ........... 95
      3.2.1. Pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça 95

Capítulo II — Controle de constitucionalidade por via incidental .................................................. 72
I — Características .................................................
1. Pronúncia de invalidade ...........................................
   1.1. Quem pode suscetir .........................................
   1.2. Onde pode ser suscitada ...................................
   1.3. Que normas podem ser contestadas .........................
2. Questão prejudicial ................................................
3. Controle difuso ...................................................
   3.1. Qualquer juiz ................................................
   3.2. Maioria absoluta ...........................................
   3.3. Procedimento de controle de constitucionalidade pelo Supremo
3.2.2. Rejeição do veto do Chefe do Executivo ........................................... 96
3.2.3. Sustação de ato normativo do Executivo ........................................ 96
3.2.4. Juízo prévio acerca das medidas provisórias ................................... 97
3.2.5. Aprovação de emenda constitucional superadora da interpretação fixada pelo Supremo Tribunal Federal ........................................ 97
3.2.6. Possibilidade de propositura de ação direta por órgãos do Legislativo ........ 97
3.2.7. Possibilidade de revogação da lei inconstitucional, mas não da declaração de inconstitucionalidade por ato legislativo ........................................ 98

4. A questão da modulação dos efeitos temporais ....................................... 98

5. A súmula vinculante ...................................................................................... 102
   5.1. Introdução .............................................................................................. 102
   5.2. Objeto .................................................................................................... 105
   5.3. Requisitos e procedimento ..................................................................... 106
   5.4. Eficácia .................................................................................................. 108

Capítulo II — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POR VIA INCIDENTAL ........................................ 113

I — Características ........................................................................................... 113

1. Pronúncia de invalidade em caso concreto .............................................. 113
   1.1. Quem pode suscitar a inconstitucionalidade ...................................... 113
   1.2. Onde pode ser suscitada a questão constitucional ............................ 115
   1.3. Que normas podem ser objeto de controle incidental ....................... 116

2. Questão prejudicial ..................................................................................... 117

3. Controle difuso ............................................................................................ 118
   3.1. Qualquer juiz ou tribunal pode exercer controle incidental ............... 118
   3.2. Maioria absoluta e reserva de plenário ............................................. 120
   3.3. Procedimento da declaração incidental de inconstitucionalidade perante órgão fracionário de tribunal .............................. 123
   3.4. Controle difuso pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal ........................................ 125
3.4.1. Cabimento do recurso extraordinário .... 127
3.4.2. Objeto do recurso extraordinário .... 131
3.4.3. A repercussão geral ...... 135
3.4.4. A reserva de plenário ...... 148
3.4.5. Cabimento simultâneo dos recursos especial e extraordinário ........ 148

II — EFEITOS DA DECISÃO .................................................. 150
1. Eficácia subjetiva e objetiva. Inexistência de coisa julgada em relação à questão constitucional .... 150
2. Eficácia temporal .... 151
3. Decisão pelo Supremo Tribunal Federal e o papel do Senado Federal .... 154

III — O MANDADO DE INJUNÇÃO ........................................ 158
1. Generalidades .... 158
2. Competência .... 159
3. Legitimação .... 161
4. Objeto .... 163
5. Procedimento .... 168
6. A decisão e seus efeitos .... 169

Capítulo III — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE POR VIA DE AÇÃO DIRETA ................................. 179

I — CARACTERÍSTICAS GERAIS ........................................ 179
1. Pronunciamento em abstrato acerca da validade da norma .... 179
2. Questão principal .... 180
3. Controle concentrado .... 182

II — A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ........ 182
1. Competência .... 183
2. Legitimação .... 185
3. Objeto .... 198
4. Processo e julgamento .... 212
4.1. Procedimento .... 212

4.2. Medida cautelar ....
4.3. Decisão final ....

5. Efeitos da decisão ....
5.1. A coisa julgada ....
5.2. Limites objetivos da decisão ....
5.3. Limites subjetivos da decisão ....
5.4. Efeitos transiciais ....
5.5. Efeitos temporais
5.5.1. A questão geral
5.5.2. Outros efeitos

6. Repercussão da decisão já constituída
6.1. Distinguição entre abstrato e no prazo
6.2. Decisão em câmbio
6.3. O debate acerca

III — A AÇÃO DECLARATÓRIA DE INCONSTITUCIONALIDADE
4.2. Medida cautelar ............................................. 217
4.3. Decisão final ............................................... 221
5. Efeitos da decisão ............................................. 222
5.1. A coisa julgada e seu alcance ............................ 222
5.2. Limites objetivos da coisa julgada e efeitos objetivos da decisão ............................................. 225
5.3. Limites subjetivos da coisa julgada e efeitos subjetivos da decisão ............................................. 230
5.4. Efeitos transcendentes ..................................... 235
5.5. Efeitos temporais ............................................ 236
5.5.1. A questão da modulação dos efeitos temporais 237
5.5.2. Outras questões ........................................... 242
6. Repercussão da decisão em controle abstrato sobre situações já constituídas ............................................. 245
6.1. Distinção entre os efeitos da decisão no plano abstrato e no plano concreto ............................................. 245
6.2. Decisão em controle abstrato e coisa julgada ......... 246
6.3. O debate acerca da relativização da coisa julgada 252
III — A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE ............................................. 257
1. Generalidades ............................................... 257
2. Competência .................................................. 260
3. Legitimação .................................................... 261
4. Objeto ......................................................... 263
5. Processo e julgamento ....................................... 264
5.1. Procedimento ................................................. 264
5.2. Medida cautelar ............................................. 265
5.3. Decisão final ............................................... 267
6. Efeitos da decisão ............................................. 268
6.1. Limites objetivos da coisa julgada e efeitos objetivos da decisão ............................................. 268
6.2. Limites subjetivos da coisa julgada e efeitos subjetivos da decisão ............................................. 270
6.3. Efeitos temporais ............................................ 271
7. Repercussão da decisão em controle abstrato sobre as situações já constituídas ............................................ 272
7.1. Distinção entre os efeitos da decisão no plano abstrato e no plano concreto ............................................ 272
7.2. Decisão em controle abstrato e coisa julgada .......... 275

IV — A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO ........ 276
1. Generalidades .................................................. 276
2. O fenômeno da inconstitucionalidade por omissão ...... 279
3. Competência .................................................. 282
4. Legitimação .................................................. 283
5. Objeto .................................................. 286
6. Processo e julgamento ........................................... 289
   6.1. Procedimento ........................................... 289
   6.2. Medida cautelar ........................................... 291
   6.3. Decisão final ........................................... 292
7. Efeitos da decisão ........................................... 293
   7.1. Da omissão inconstitucional total .................... 294
   7.2. Da omissão inconstitucional parcial .................. 298
   7.3. Efeitos objetivos, subjetivos e temporais ............ 302

Capítulo IV — DUAS HIPÓTESES ESPECIAIS DE CONTROLE CONCENTRADO: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL E AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA .......................... 304
I — ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL ........ 304
   1. Generalidades ............................................... 304
   2. Espécies .................................................. 308
   3. Pressupostos de cabimento .................................. 311
   3.1. Pressupostos gerais ...................................... 311
   3.1.1. Descumprimento de preceito fundamental .......... 311
   3.1.2. Inexistência de outro meio idôneo (subsigiariade) ....... 318

3.2. Pressupostos de relevância da lei ou ato normativo ........... 298
4. Competência ........................................... 311
5. Legitimação ........................................... 312
6. Objeto .................................................. 318
   6.1. Atos do Poder Executivo .................................. 318
   6.2. Atos normativos ........................................... 318
   6.2.1. Direitos fundamentais .................................. 322
   6.2.2. Direitos individuais .................................... 323
   6.2.3. Atos infraconstitucionais ............................. 324
   6.3. Atos administrativos ...................................... 326
   6.4. Atos jurisdiccionais ....................................... 327
   6.5. Controle da omitência ..................................... 328
7. Processo e julgamento ........................................... 329
   7.1. Procedimento ........................................... 329
   7.2. Medida liminar ........................................... 330
   7.3. Decisão final ........................................... 331
8. Efeitos da decisão ........................................... 332
9. Estudo de casos: as ........................................... 333
   9.1. A ADPF n. 45 ........................................... 333
   9.2. A ADPF n. 54 ........................................... 337

II — A AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA ........................................ 338
1. Generalidades .................................................. 338
   1.1. A intervenção ........................................... 338
   1.2. A ação direta interveniente ............................... 339
2. Competência .................................................. 340
3. Legitimação .................................................. 341
4. Objeto .................................................. 342
5. Processo e julgamento ........................................... 343
   5.1. Procedimento ........................................... 343
   5.2. Medida cautelar ........................................... 344
   5.3. Decisão final ........................................... 346
3.2. Pressuposto específico da arguição incidental: relevância da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo .......... 323
4. Competência ................................................................. 325
5. Legitimação ................................................................. 326
6. Objeto ................................................................. 329
   6.1. Atos do Poder Público e atos privados ....................... 330
   6.2. Atos normativos ..................................................... 331
      6.2.1. Direito federal, estadual e municipal ..................... 331
      6.2.2. Direito pré-constitucional ................................... 333
      6.2.3. Atos infralegais .................................................. 335
   6.3. Atos administrativos ................................................ 336
   6.4. Atos jurisdicionais .................................................. 337
   6.5. Controle da omissão legislativa .................................. 338
7. Processo e julgamento .................................................. 339
   7.1. Procedimento ....................................................... 339
   7.2. Medida liminar .................................................... 340
   7.3. Decisão final ....................................................... 342
8. Efeitos da decisão ...................................................... 343
9. Estudo de casos: as ADPF n. 45 e 54 ............................... 345
   9.1. A ADPF n. 45/DF ................................................... 346
   9.2. A ADPF n. 54/DF ................................................... 347
II — AÇÃO DIRETA INTERVENTIVA ........................................ 348
1. Generalidades ............................................................. 348
   1.1. A intervenção federal .............................................. 348
   1.2. A ação direta interventiva ........................................ 350
2. Competência ............................................................... 352
3. Legitimação ............................................................... 352
4. Objeto ................................................................. 354
5. Processo e julgamento .................................................. 357
   5.1. Procedimento ....................................................... 357
   5.2. Medida cautelar .................................................... 359
   5.3. Decisão final ....................................................... 359
6. Efeitos da decisão .......................................................... 359

**POST-SCRIPTUM** — CONSTITUIÇÃO, DEMOCRACIA E SUPREMACIA JUDICIAL: DIREITO E POLÍTICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO .......................................................... 363
I — Introdução ................................................................. 363

**PARTE I** — A ASCENSÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO .......................................................... 364
I — A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL .......................................................... 364
II — A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DAS RELAÇÕES SOCIAIS .......................................................... 366
III — O ATIVISMO JUDICIAL .......................................................... 369
IV — CRÍTICAS À EXPANSÃO DA INTERVENÇÃO JUDICIAL NA VIDA BRASILEIRA .......................................................... 372
   1. Crítica político-ideológica .......................................................... 373
   2. Crítica quanto à capacidade institucional .......................................................... 374
   3. Crítica quanto à limitação do debate .......................................................... 375
V — IMPORTÂNCIA E LIMITES DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS .......................................................... 376

**PARTE II** — **DIREITO E POLÍTICA: A CONCEPÇÃO TRADICIONAL** .......................................................... 378
I — NOTAS SOBRE A DISTRINÇÃO ENTRE DIREITO E POLÍTICA .......................................................... 378
II — CONSTITUIÇÃO E PODERES CONSTITUÍDOS .......................................................... 379
III — A PRETENSÃO DE AUTONOMIA DO JUDICIÁRIO E DO DIREITO EM RELAÇÃO À POLÍTICA .......................................................... 381
   1. Independência do Judiciário .......................................................... 382
   2. Vinculação ao direito posto e à dogmática jurídica .......................................................... 383
   3. Limites da separação entre direito e política .......................................................... 384

**PARTE III** — **DIREITO E POLÍTICA: O MODELO REAL** .......................................................... 385
I — OS LAÇOS INEVITÁVEIS: A LEI E SUA INTERPRETAÇÃO COMO ATOS DE VONTADE .......................................................... 385
II — A INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E SUAS COMPLEXIDADES: O ENCONTRO NÃO MARCADO ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA .......................................................... 386

**CONCLUSÃO** ..........................................................
1. A linguagem aberta dos textos jurídicos ................................. 386
2. Os desacordos morais razoáveis ........................................ 387
3. As colisões de normas constitucionais ................................. 387
4. A interpretação constitucional e seus métodos ....................... 389

III — O JUZ E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS: INFLUÊNCIAS POLÍTICAS EM
UM JULGAMENTO........................................................................ 391
1. Valores e ideologia do juiz ................................................. 393
2. Interação com outros atores políticos e institucionais... 396
   2.1. Preservação ou expansão do poder da Corte .......... 397
   2.2. Relações com outros Poderes, órgãos e entidades
        estatais ........................................................................... 400
3. Perspectiva de cumprimento efetivo da decisão.......... 401
4. Circunstâncias internas dos órgãos colegiados.......... 403
5. A opinião pública .............................................................. 405

IV — A AUTONOMIA RELATIVA DO DIREITO EM RELAÇÃO À POLÍTICA
E A FATORES EXTRAJUDICIAIS .................................................. 408

V — ENTRE A RAZÃO E A VONTADE .......................................... 409

CONCLUSÃO ................................................................................. 411

Índice onomástico ...................................................................... 415
Índice alfabético-remissivo ...................................................... 425
Bibliografia ................................................................................. 431